

A CONSTITUIÇÃO DA ETNICIDADE DOS POVOS AMERÍNDIOS NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO E NAS NOVAS SOCIEDADES REPUBLICANAS

Vagno Batista Ribeiro

Doutorando em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

E-mail: profwagner2006@gmail.com

RESUMO: Por vezes, questões políticas e sociais na América Latina figuram com presença mais efetiva na História quando são colocadas enquanto um contraste absoluto ou processo paralelo às experiências brasileiras. Quando refletimos sobre a emancipação, as características da conquista, as políticas de colonização e as ditaduras civil-militares no Brasil, logo recorremos a história dos processos políticos latinos para classifica-los como diferentes ou convergentes. Assim, em meio a complexidade dos processos históricos latino-americanos, propomos neste artigo abordar concepções acerca da formação da etnicidade dos indígenas diante do processo de independência em relação aos espanhóis, bem como a sua configuração nas novas sociedades republicanas. Para tanto, sustentaremos nossas discussões e leituras como Federico Navarrete (2008), Maria Elisa Mader (2008; 2012), Maria Ligia Prado (1999) e François-Xavier Guerra (1999/2000).

Palavras-chave: América Latina. Nativos. Processos de independência.

ABSTRACT: Sometimes political and social issues in Latin America are more effectively present in history when they are placed as an absolute contrast or process parallel to Brazilian experiences. When we reflect on emancipation, conquest characteristics, colonization policies, and civil-military dictatorships in Brazil, we soon turn to the history of Latin political processes to classify them as different or convergent. Thus, in the midst of the complexity of Latin American historical processes, we propose in this article to approach conceptions about the trajectory of the Indians before the process of independence with respect to the Spaniards, as well as their configuration in the new republican societies. To do so, we will support our discussions in reading such as Federico Navarrete (2008), Maria Elisa Mader (2008; 2012) and Maria Ligia Prado (1999).

Keywords: Latin America. Natives. Independence processes.

INTRODUÇÃO

A ordem contemporânea que envolve as relações políticas, econômicas, sociais e pessoais, é resultado de profundas alterações que organizações passadas sofreram ao longo do fluxo histórico. Perceber suas principais características e delinear seus impasses mais evidentes é, entretanto, um verdadeiro desafio para os pesquisadores e cientistas sociais.

Embora essas configurações sociais sejam complexas e imprimam relativas dificuldades em estudá-las e visualizá-las “por inteiro”, alguns de seus traços possibilitam análises e analogias que permitem reflexões mais aprofundadas. Em relação a essas “possibilidades”, as análises e noções acerca das relações entre os povos nativos da América Latina, no processo de colonização dos séculos XV e XVI, são bastante instigantes para a compreensão da formação da trajetória cultural dessas sociedades após a conquista. Partindo dessas considerações, buscamos abordar neste trabalho, as relações entre a construção da etnicidade dos povos ameríndios da América Latina e o processo de ruptura com a metrópole Espanha, nas primeiras décadas do século XIX.

Para tanto, utilizaremos como leitura basilar as considerações de Maria Elisa Mader¹ no levantamento bibliográfico em que apresenta como a historiografia tem pensado o caráter revolucionário dos movimentos de independência na América Hispânica; as propostas da autora Maria Ligia Prado² sobre América Latina, identidade e o papel do discurso histórico, especialmente da História Política; as reflexões de Federico Navarrete³ ao abordar noções como etnogênese e etnicidade dentro do contexto da colonização dos povos ameríndios pela Espanha, e

¹ MADER, Maria Elisa Noronha de Sá. **Civilização e Barbárie**: a construção da ideia de nação Brasil e Argentina. Rio de Janeiro: Garamound, 2012; _____. Revoluções de Independência na América Hispânica: uma Reflexão Historiográfica. In: **Revista de História**, n. 159, vol 2 (2º semestre de 2008), p. 225-241.

² PRADO, Maria Ligia Coelho. **América Latina no século XIX**: tramas, telas e textos. São Paulo: EDUSP; Bauru: EDUSC, 1999, p. 228; _____. **Questões abertas na América Latina**. Entrevista concedida a Pesquisa FAPESP. Publicada em Julho de 2017.

³ NAVARRETE, Federico. A invenção da etnicidade nos Estados-Nações americanos nos século XIX e XX'. In: HEINZ, Flávio, HARRES, Marluza Marques. **A História e seus territórios**. São Leopoldo, 2008, p.94-95.

por fim, a discussão sobre as origens das nações na América espanhola colocada por François-Xavier Guerra⁴.

2 A ETNICIDADE AMERÍNDIA NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO

De acordo com Maria Ligia Prado, a historiografia das últimas décadas que estuda os processos de independência dos países da chamada América Latina, tem procurado elaborar novas abordagens para tratar de temas como as origens ideológicas desses movimentos e o seu caráter de permanências ou de ruptura com o processo de colonização.

Segundo a historiadora, os autores tem questionado o papel das mudanças no quadro político internacional do início do século XIX que ocasionaram em novas formas de relações comerciais e políticas entre as grandes potências econômicas desse período. Esse contexto de mudança, entretanto, não significou apenas alterações nas relações internacionais, mas principalmente nas relações nacionais, posto que os homens das regiões colonizadas preocuparam-se em estabelecer acordos para continuar a política colonial que praticavam desde o século XVI.

No processo de colonização da América espanhola, observa-se que as mudanças porque passava a Europa refletiam nas políticas coloniais implantadas no Novo Mundo. Essas mudanças não tratavam apenas de intervenção em territórios, mas de ações dentro de um mundo unificado pela estrutura dominante de produção e comunicação. Com algumas alterações históricas ao longo dos séculos XV e XVI, visualizadas nos planos político e econômico de cada região conquistada pela Espanha na América, um processo gradual foi sendo composto e a soberania dos reis que antes se apresentavam apenas a nível local no Estado Nacional, passou a se expandir e

⁴ GUERRA, François-Xavier. A nação na América espanhola: a questão das origens. In: **Revista Maracanan**. Rio de Janeiro: UERJ, 1999/2000.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

penetrar nas regiões conquistadas. No que diz respeito a essas trajetórias, Maria Elisa Mader nos diz que,

Durante a segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, o mundo espanhol sofreu uma grande transformação. Os reinados de Carlos III e Carlos IV (1759-1808) testemunharam o desenvolvimento de um pensamento político moderno ilustrado – que enfatizava a liberdade, igualdade, direitos civis, o governo das leis, a representação constitucional e o *laissez-faire* econômico – entre um pequeno, porém significativo, número de espanhóis peninsulares e espanhóis-americanos. Baseadas nestas ideias as reformas borbônicas, impostas pela metrópole espanhola às suas colônias americanas com os objetivos de aumentar a prosperidade econômica da Espanha e manter a sua hegemonia política, aumentaram o descontentamento de grande parte da elite colonial crioula. Ao enquadrar o mundo hispano-americano dentro de seus interesses, a Coroa ameaçava os múltiplos interesses locais desenvolvidos durante os três séculos de colonização, seus sentimentos de autonomia e de identidade. (MADER, 2008, p. 227)

Numa mesma perspectiva, François-Xavier Guerra demonstra a importância de compreendermos o período entre 1808 e 1809 a partir de uma ideia de conjunto do qual tanto a Península Ibérica como as colônias americanas faziam parte. Segundo Guerra, jornais, atas de cabildos e correspondências confirmam a ideia de que os americanos estavam preocupados com a invasão napoleônica, com a formação das juntas, com as eleições para deputados, enfim, com o conjunto da monarquia, da qual se sentiam parte. Neste sentido, as explicações que remetem a um sentimento nacionalista no período compreendido entre 1808 e 1809, devem-se ao interesse em criar um imaginário nacional para os novos países independentes.

Isto porque, segundo o autor, a partir de 1808, o mundo hispânico iniciou seu trânsito para a modernidade política por um duplo viés. De um lado, a ruptura do Antigo Regime, diante das sucessivas abdições reais, possibilitava experimentações e realizações em termos de novas formas de soberania e representação política. De outro lado, essa conjuntura de crise servia de espaço concreto para novas e inesperadas experiências, através das quais os homens iam construindo novos conceitos, vocábulos e soluções voltadas para as situações então vivenciadas.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

Nesse contexto, inserimos a história da América Latina, especialmente a referente ao período da colonização espanhola nos séc. XV e XVI, bem como o processo de ruptura com a metrópole nas primeiras décadas do século XIX. Marcada por momentos de profundas alterações políticas, econômicas e sociais ocasionadas, por vezes, pela influência de ideologias europeias, algumas dessas mudanças alteram significativamente os aspectos culturais dos nativos.

Ao tratar dos povos ameríndios, Federico Navarrete sugere que esses povos tiveram que reinventar a sua identidade após o processo de colonização. De acordo com o autor:

[...] conceito-chave para entender as diferenças emergentes em nossa sociedade é o etnogênese, que se refere à inesgotável capacidade que os grupos sociais tiveram, e têm, para redefinir suas identidades e suas diferenças em meio à complexa interação com outros grupos e com os Estados-nações. Se os ameríndios, afro-americanos e imigrantes apareciam nas descrições anteriores como objetos passivos dos processos de construção nacional e expansão capitalista, o conceito de etnogênese permite descobrir e compreender as complexas estratégias que desenvolveram para reagir, resistir e negociar com esses processos e também para, na medida do possível participar e se beneficiar. (NAVARRETE, 2008, p.94-95)

Nesse sentido, através da etnogênese, Federico Navarrete sugere que os povos conquistados tiveram que lidar com os aspectos culturais remanescentes da Europa, com os elementos resultantes das relações inter-raciais e ainda, tentar explorar os vestígios preservados da sua própria cultura, passando para os seus herdeiros culturais.

Na construção de uma identidade o autor afirma que as identidades são denominadas “identidades étnicas” quando são levadas ao terreno político. Dessa forma tornam-se visíveis, ou seja, apesar de serem subjetivas aos membros de determinados grupos, estas também podem se manifestar de formas objetivas. A manifestação das identidades étnicas, além de manifestação política, como demonstrou Navarrete, também pode ser considerada resultado do jogo de confrontações ou das relações interétnicas em que estão submetidas.

Assim, a identidade étnica em ação pode afirmar-se e confrontar-se com o outro, num determinado contexto social ou político, podendo ser entendida como “etnicidade”. Entretanto, segundo o mesmo autor, diante do processo de reformulação da identidade desses povos, muitos

pesquisadores produziram narrativas que sugeriram a homogeneização étnica e cultural com a modernização. Conforme coloca:

A identificação entre modernização e homogeneização étnica e cultural levou à construção de narrativas históricas lineares, nas quais o projeto modernizador se impunha a uma sociedade dividida pelo pecado original de sua diversidade primordial e pelos estragos do colonialismo, levando assim à formação de uma verdadeira comunidade nacional, moderna e homogênea. (NAVARRETE, 2008, p. 100)

Segundo ainda este mesmo autor, se os ameríndios costumavam ser pensados como objetos passivos dos processos de construção nacional e expansão capitalista, o conceito de etnogênese permite descobrir e compreender as complexas estratégias que desenvolveram para reagir, resistir e negociar com esses processos – e também para, na medida do possível, participar e se beneficiar deles.

Não raras vezes, a atuação de etnólogos, lingüista ou historiadores junto a estes grupos é um elemento essencial deste processo. Para Federico Navarrete, “[...] a imposição dos critérios universalistas de igualdade tem significado, em muitos casos, a exclusão e a perseguição dos que não correspondem adequadamente a eles, aprofundando as desigualdades que existem nas sociedades americanas” (NAVARRETE, 2008, p. 102).

3 HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA: O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE DOS AMERÍNDIOS

Continuando as reflexões sobre produção historiográfica acerca do processo de constituição da identidade dos ameríndios em meio à colonização espanhola e a posterior ruptura, a autora Maria Ligia Prado nos diz que “para defender-se das habituais acusações de elitista, ideológica, particular, factual, nacionalista, a história política teve que repensar suas abordagens e indicar caminhos de investigação inovadores” (PRADO, 1999, p. 116).

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

A referida autora, ao levar em consideração a história política sobre o lado latino americano, propõe que tenhamos cuidado ao trabalharmos com as positivistas e liberais, chamando atenção para o fato de que “não se trata, como afirmam tantos, de uma má compreensão ou de uma deformação das ideias matrizes, e sim de uma consciência bastante clara desses atores, para quem as ideias estão sempre a serviço de uma causa político-social, fato que os levou a fazer leituras peculiares dos textos filosóficos clássicos” (PRADO, 1999, p. 116). Sendo assim, para que evitemos estes deslizes, o interessante seria que ligássemos a produção ideológica aos contextos sociopolíticos, localizando as ideias no jogo do poder.

No que se refere a essas ideias, mais uma vez os estudos do cientista social mexicano Federico Navarrete são úteis. Crítico do esquecimento a que estão relegados os povos indígenas da atualidade que, dessa maneira, precisam lutar pelo seu reconhecimento, o referido autor nos diz que nesse panorama das teias políticas, as populações indígenas foram (e são) vistas como algo a ser desprezado e deixado no passado, sendo incompatível com a modernidade.

Tal prática, segundo o autor, faz parte das tentativas do Estado de silenciar o passado em nome de um futuro. Segundo ainda este mesmo autor, características e práticas culturais dos ameríndios só permaneceram nas sociedades que passaram por fortes processos de colonização, graças à capacidade que tiveram para redefinir suas identidades e suas diferenças em meio à complexa interação com outros grupos.

Muito embora, esses nativos tenham sido colocados na História muitas vezes como objetos passivos nos processos de construção nacional e expansão capitalista, as reflexões propostas por Federico Navarrete dão espaços para as diversas formas de resistir e negociar acerca de mudanças sociais que esses grupos almejavam conquistar.

Seguindo na mesma linha que propõe Navarrete, podemos tomar o que Maria Elisa Mader coloca em *Civilização e Barbárie*: a representação da nação nos textos de Sarmiento e do Visconde do Uruguai. Pontos a se destacar da obra da referida autora, é o rebote as ideias de que a existência de um nacionalismo teria precedido o processo de construção dos Estados nacionais,

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

levando à crença de que a maioria das nações americanas já existia desde o momento da independência.

Tomando-a como falsa, Maria Elisa Mader esclarece que sobre esse momento não há uma experiência política considerada nacionalista, que, por sua vez, é baseada em um conceito também inexistente naquele período. (MADER, 2012).

Além disso, este enfoque tende a encobrir aspectos importantes do processo de formação dos Estados nacionais, tais como a emergência, no momento inicial da independência, de novas ou de já existentes entidades soberanas no âmbito de províncias ou de cidades, não necessariamente representantes de ideais nacionais. ((MADER, 2012, p. 26).

Assim, conforme Maria Elisa Mader destaca, palavras como “nação”, “Estado”, “civilização”, “barbárie”, “ordem”, “revolução”, “centralização” e “federalismo” adquirem relevância, na medida em que expressam o vocabulário político corrente da época em toda sua diversidade, contradições e vicissitudes, revelando significados novos e próprios, em discursos específicos. E continua.

Assim, as narrativas da nação elaboradas por esses autores não devem ser lidas como reproduções exatas da realidade histórica em que viviam, mas como discursos construídos na tentativa de dar sentido e ordem a um conjunto de fatos por eles vividos, recolhidos e analisados. (MADER, 2006, p. 17.)

À luz das considerações de Federico Navarrete, a autora parte do pressuposto de que as pluralidades presentes nos países latino-americanos produzem um paradoxo ao constituírem uma razão de ser que é concomitantemente um grande obstáculo para a integração latino-americana.

Em suma, uma relativa tolerância racial fundamentou-se na imposição inegociável da ocidentalização como requisitos de entrada nas elites. [...] a construção das nações americanas está longe de ser um enfrentamento simples e linear entre a modernidade homogeneizante e a diversidade primordial, tradicional e passiva. (NAVARRETE, 2008, p. 103-104).

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

Nesses termos, é possível entendermos que os movimentos de independência hispano-americanos até a década de 1990 não eram associados à ideia de revolução pela historiografia, apesar de o termo “revolução” aparecer com grande frequência na historiografia tradicional sobre as independências no continente. Nesse caso, foi apenas nos últimos anos que, sob a influência de estudos mais recentes sobre o Antigo Regime, novos rumos foram percebidos nesse processo, favorecendo a elaboração de uma história mais dinâmica da desagregação do mundo colonial hispano-americano.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início do século XIX, a dominação colonial europeia na América passa a ganhar uma nova roupagem com a invenção da alteridade. Entretanto, mesmo nessas circunstâncias, a criação da imagem “do outro” reafirma a dominação. De acordo com os autores abordados, o embate de grupos humanos advindos da diferença entre os mesmos é uma questão intrínseca a um sistema advindo de um processo histórico longo.

O conceito de “categorias étnicas”, sugerido por Navarrete, por exemplo, atenta para especificidades de determinados grupos étnicos em cada país. Esse conceito sinaliza para o fato de que grupos étnicos semelhantes, tal como os indígenas, possuem especificidades em cada país devido à trajetória históricos que seguiram e a forma com que ressignificaram as identidades herdadas no âmbito étnico.

Enfatizar o fato de que as etnicidades são inventadas significa reconhecer os modos pelos quais foram criadas e modificadas e também a maneira como as reproduzimos em nosso presente. Significa também mostrar os mecanismos de dominação, despejo e exploração que as construíram e utilizaram, mas também, a maneira pela qual as identidades étnicas serviram para sustentar as lutas e nas negociações dos grupos subalternos (NAVARRETE, 2008, p. 113).

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

Apesar das especificidades, as tensões étnicas na América Latina têm algo em comum: consistem em culminâncias de relações de poder e exploração. Segundo Navarrete:

(...) os sistemas mais amplos de dominação política, econômica e social e de relações interétnicas são precisamente os que dão sentido histórico e função social às categorias étnicas que existiram e existem em nossos países. Neste sentido, é importante enfatizar que as relações de exploração econômica e de classe tem sido e continuam sendo uma parte fundamental das estranhas constelações históricas que definem as categorias étnicas. (NAVARRETE, 2008, p. 98).

Através da leitura de Federico Navarrete as tentativas de integração alicerçadas na homogeneização falharam. Nesse sentido, um projeto de integração viável parece ser aquele que aproxima os diferentes, ao invés de tentar entrelaçá-los ou de a todos igualar. Além disso, é necessário que enfatizemos que o histórico da integração latino-americana remete à superação de problemas advindos de relações de poder, primeiramente da parte da colonização Europeia e posteriormente da parte dos Estados Unidos e de elites regionais latino-americanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANNINO, A; LEIVA, L. C.; GUERRA, F. X. **De los Imperios a las Naciones: Iberoamerica.** Zaragoza/Espanha: Ibercaja, 1994.

BETHELL, Leslie Ed. (Org.). **História da América Latina.** Da Independência até 1870. São Paulo: EDUSP;

CHIARAMONTE, José Carlos. **Ciudades, provincias,** Estados: Orígenes da la Nación Argentina (1800 – 1846). Buenos Aires: Compañía Editora Espasa Calpe, 1997.

CHUST, Manuel. **La cuestión nacional americana en las Cortes de Cádiz.** Valencia: Universidad Nacional de Educación a Distancia / Centro Francisco Tomás y Valiente/ UNAM-III, 1999.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **O Brasil Colonial**. v. 1: 1443- 1580. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GUERRA, François-Xavier. A nação na América espanhola: a questão das origens. In: **Revista Maracanan**. Rio de Janeiro: UERJ, 1999/2000.

LE GOFF, Jacques. **A História Deve Ser Dividida em Pedacos?**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

_____. **Em Busca da Idade Média**. Com a Colaboração de Jean-Maurice de Montremy. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Heróis e Maravilhas da Idade Média**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MADER, Maria Elisa Noronha de Sá. **Civilização e Barbárie**: a construção da ideia de nação Brasil e Argentina. Rio de Janeiro: Garamound, 2012.

_____. Revoluções de Independência na América Hispânica: uma Reflexão Historiográfica. In: **Revista de História**, n. 159, vol 2 (2º semestre de 2008), p. 225-241.

NAVARRETE, Federico. A invenção da etnicidade nos Estados-Nações americanos nos século XIX e XX'. In: HEINZ, Flávio, HARRES, Marluza Marques. **A História e seus territórios**. São Leopoldo, 2008.

_____. A invenção da etnicidade nos Estados Nação da América Latina. **XXIV Simpósio Nacional de História**. Anpuh, São Leopoldo, 2007.

NUNES, Daniela. **Pesquisa Historiográfica**: Desafios e Caminhos. Revista de Teoria da História, Goiânia, ano 2, n. 5, p.15-25, jun. 2011.

PRADO, Maria Ligia Coelho. **América Latina no século XIX**: tramas, telas e textos. São Paulo: EDUSP; Bauru: EDUSC, 1999, p. 228.

_____. **Questões abertas na América Latina**. Entrevista concedida a Pesquisa FAPESP. Publicada em Julho de 2017.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.